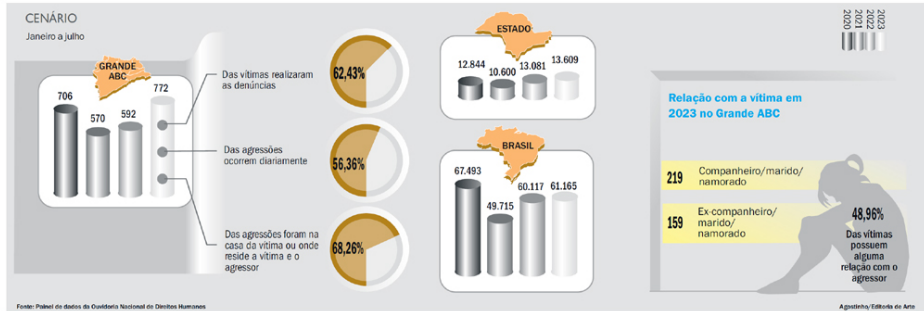


Denúncias de violência contra mulher crescem 30% na região



Denúncias de violência contra mulher crescem 30% na região

Em um ano, registros de agressão passaram de 592 para 772 no Grande ABC; dados refletem apenas um terço dos casos, diz especialista

THAINA LANA
thainalana@igpabc.com.br

As denúncias de violência contra mulher cresceram 30% em um ano no Grande ABC. De janeiro a julho de 2023, foram contabilizadas 772 ocorrências, enquanto no mesmo período deste ano o número de agressões subiu para 706, segundo levantamento do Diário com dados do Disque 100, plataforma do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

As queixas compreendem qualquer tipo de violência contra mulher, seja física, psicoló-

gica, sexual ou moral. A alta de casos neste ano também ocorreu nas esferas estadual e nacional. (Veja dados na arte acima)

Na região, o número de denúncias em 2023 é o maior dos últimos quatro anos – em 2020 foram contabilizadas 592 notificações, e em 2021 as ocorrências diminuíram para 570.

Mesmo batendo recorde neste ano, os dados não refletem o real cenário de violência, já que os episódios de agressão contra mulher possuem alto nível de subnotificação, conforme afirma a pesquisadora do NEV-USP (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo), Debora Piccirillo. Segundo a especialista,

as denúncias refletem apenas um terço dos casos.

“Muitos fatores contribuem para a mulher não denunciar. Por exemplo, algumas violências são consideradas ‘normais’ em relacionamentos amorosos, como o ciúmes, por exemplo. Controlar a roupa da mulher, controlar com quem ela sai, fazer comentários depreciativos sobre a sua aparência ou inteligência, tudo isso é visto como sinal de ciúmes do homem, do medo dele de perder a companhia”, explica a pesquisadora.

Debora ressalta que para este tipo de comportamento existe uma certa tolerância da sociedade. “É quase como se fosse uma vulnerabilidade do homem, e não um alerta de comportamento violento.

Mas, na verdade, todas essas situações são consideradas violência contra a mulher, são violência psicológica e moral e devem ser denunciadas também”, defende.

Jamili Ferrari, coordenadora das DDMs (Delegacias de Defesa da Mulher) do Estado, acredita que a alta de denúncias no período está relacionada com a maior conscientização da vítima, seja por ações educacionais, divulgação dos canais de denúncia e confiança na polícia e no poder judiciário para punir o agressor.

“A criação de dois crimes específicos, sendo a perseguição e a violência psicológica, também pode ter contribuído para a alta de queixas. Até então não tinha o enquadramento desses crimes no Código Penal, então é normal ter um aumento das queixas”, cita a coordenadora estadual.

PERFIL

Do total de denúncias de violência contra mulher formalizadas neste ano, mais da metade, 62%, foram realizadas pelas próprias vítimas. Em números absolutos, as mulheres denunciaram em 482 dos casos, enquanto 289 foram feitas por terceiros.

Das 772 agressões denunciadas na região nos sete primeiros meses do ano, 412 (56%) ocorreram diariamente, e em apenas 97 dos casos a violência foi praticada uma única vez.

Em 378 das ocorrências

(48%), o agressor possuía algum tipo de relação íntima com a vítima, sendo 219 cometidas por companheiro, marido ou namorado, e 159 por ex-marido, ex-companheiro ou ex-namorado. Nos demais registros, o denunciante informou que a violência foi praticada por amigo, tio, desconhecido, pai, padrasto, entre outros perfis.

Devido ao alto número de ocorrências em que o agressor possuía algum tipo de relação íntima com a vítima, 68% dos casos ocorreram em ambiente doméstico. Em 527 das vezes, a violência contra mulher foi cometida na casa da própria vítima ou na residência que ela dividia com o agressor.

A pesquisadora do NEV-USP, Debora Piccirillo, explica que a violência doméstica se sustenta na ideia de uma hierarquia entre os gêneros, e que culturalmente a sociedade acredita que os homens são superiores às mulheres, no sentido de que suas vontades e desejos são mais importantes.

“Então temos uma situação de submissão de um gênero ao outro. É um desequilíbrio de poder nas relações sociais em geral e nas relações íntimas em particular. Apesar de ser um pensamento arcaico, o plano de fundo dessas ideias permanece bastante atual, principalmente na mentalidade machista. Para aliar o cenário da violência doméstica precisamos lidar com a maneira como educamos os homens e as relações entre os gêneros.

Enquanto certos mitos acerca dos relacionamentos íntimos e das relações entre os gêneros continuam existindo, os homens ainda entenderão o uso da violência, em suas diversas formas, como uma possibilidade de um direito”, finaliza Debora.

SERVIÇOS REGIONAIS

Nos últimos anos, o Grande ABC tem investido em políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Atualmente a região tem cinco delegacias da mulher, que oferecem suporte jurídico e emocional à vítima.

Além de dez casas de acolhida, entre centros de referência da mulher, Ceas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e Caipims (Coordenadoria de Apoio a Instituições Públicas).

As cidades também disponibilizam a Patrulha Maria da Penha, voltada à proteção de mulheres em situação de violência, por meio da atuação preventiva e comunitária da GCM (Guarda Civil Municipal).

Santo André e Ribeirão Piçerri contam com o aplicativo Ana, que simula um botão de pânico que pode ser usado por vítimas de violência e permite que a mulher acione a guarda imediatamente.

Denúncias de violência contra mulher podem ser feitas nos telefones Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher); Disque 100 (Direitos Humanos) e 190 (Polícia Militar). A ligação é gratuita e os serviços funcionam 24 horas.



Delegacias da mulher ainda não atuam 24 horas

As cinco DDMs (Delegacias de Defesa da Mulher) do Grande ABC ainda não atuam 24 horas, conforme estabelece a lei federal (14.541) de abril deste ano. Após quatro meses da publicação da norma, as unidades especializadas da região, localizadas em Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema e Mauá, funcionam apenas de segunda a sexta-feira.

Jamili Ferrari, coordenadora das DDMs do Estado, justificou que a falta de profissionais é o principal motivo para não adesão à legislação vigente.

“Para abrir uma delegacia com funcionamento ininterrupto é preciso ter toda uma estrutura,

e hoje a Polícia Civil possui um déficit de recursos humanos. Para atender essa demanda é necessário cerca de 50 a 100 profissionais, e não adianta tirar esses policiais de um posto para colocar em outro. Estamos em processo de readequação de cargos e abertura de concursos públicos para tentar minimizar esse déficit”, explica Jamili.

NOVAS AÇÕES

Sobre o aumento de denúncias no Estado, a Secretaria de Políticas para a Mulher informou que o combate a este tipo de crime é uma das prioridades do governo estadual, e que instituiu uma série de políticas sobre o assunto.

Entre as ações está o protocolo Não se Cale, que padroniza formas de acolhimento diante de qualquer pedido de socorro da mulher em espaços públicos e privados. Neste ano foi sancionada a Lei 17.626/2023, que prevê pagamento de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica.

“São Paulo também adotou um novo gesto para as mulheres pedirem ajuda. O sinal é feito com a mão aberta para cima, polegar fechado ao centro e coberto pelos demais dedos (mão em punho)”, destaca a pasta.